

**“É singular a animadversão que votam ao exército alguns políticos do nosso país”:
o Visconde de Pelotas e a questão militar**

André Fertig¹

Resumo

Esta comunicação objetiva focar a denominada questão militar na última década do Brasil imperial. Para tanto abordaremos o contexto de crise do Império do Brasil, quando a tensão entre a Coroa e os militares acentuou-se e qual foi a postura adotada na referida questão por uma das principais lideranças da agremiação liberal: José Antonio Correia da Câmara (Visconde de Pelotas). Com tal propósito de analisar a questão militar e suas repercussões na Província do Rio Grande do Sul, a partir da atuação do político e militar Pelotas, nossas fontes privilegiadas de pesquisa são a imprensa político-partidária da época, o jornal liberal “A Reforma”, bem como os discursos parlamentares.

Palavras chave: história política, Império do Brasil, questão militar

Os anos posteriores a Guerra do Paraguai marcaram o fortalecimento do exército como instituição militar e também política. O exército, influenciados pelas “novas idéias” científicas da época, principalmente o positivismo, passava a formar sua própria elite intelectual e seus quadros profissionais através das Escolas Politécnicas. O pouco peso político dos militares no Império do Brasil começava a ser contestado.

Neste contexto ocorreu a denominada questão militar, ou seja, uma série de incidentes que opôs os militares e a Coroa entre os anos 1883 e 1887. Tal conflito é importante de ser considerado, pois fundamental para explicar a queda da monarquia em 1889. Segundo John Schulz, desde meados do século XIX iniciou-se uma tensão entre os oficiais do exército, insatisfeitos com a limitação de seus direitos de cidadania. Na década de 1880 a tensão se intensifica, visto que uma nova geração de oficiais formados pela escola Militar da Praia Vermelha passou a defender a idéia do soldado-cidadão. A vitória no Paraguai havia feito crescer o orgulho dos militares, que começaram a reivindicar direito de reunião e livre manifestação pública.²

¹ Doutor em história pela UFRGS e professor do departamento de história da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² SCHULZ, John. O exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1971, t.2, v. 4.

Eis que em 1883 fora apresentado na Assembléia Geral uma proposta de reforma do montepio militar. Na Escola Militar de Tiro Campo Grande, no Rio de Janeiro, presidida pelo Tenente Coronel Antonio de Senna Madureira, partiu a contestação à reforma. Mas foi no ano seguinte, 1884, que aumentou o conflito entre governo imperial e militares. Na mesma Escola Militar, Sena Madureira recepcionou o jangadeiro Francisco do Nascimento, militante abolicionista na Província do Ceará. Estava armado o atrito, visto que Sena Madureira é interpelado pelo ajudante-general do Ministério da Guerra e como resposta diz que somente deve satisfação ao Conde D'Eu. Como punição, o Tenente-Coronel Madureira foi transferido para o Rio Grande do Sul, assumindo o comando da Escola de Tiro de Rio Pardo e, ao mesmo tempo, se aproximando dos republicanos riograndenses, principalmente, de Júlio de Castilhos.

No final do ano de 1885 o conflito entre a Coroa e o exército se agravou quando o Coronel Ernesto Augusto Cunha Matos, veterano da Guerra do Paraguai, após inspecionar as guarnições do Piauí, denunciou irregularidades cometidas pelo Capitão Pedro José de Lima, ligado ao Partido Conservador. E, em seu relatório de 2 de março de 1886, propunha um Conselho de Guerra, com membros estranhos à Província do Piauí, para investigar as supostas irregularidades. Alguns meses depois, em 15 de julho, no parlamento, o deputado conservador Simplício Coelho de Rezende defendeu Pedro Lima, chamando Cunha Matos de “traidor e covarde” na presença do Ministro da Guerra, Alfredo Chaves.

Cunha Matos defendeu-se em artigo no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1886. Todavia, poucos dias depois, o ministro da Guerra Alfredo Chaves mandou advertir Cunha Matos, fundamentado no Aviso de 26 de dezembro de 1884. Além da advertência, Cunha Matos foi preso por dois dias.

No âmbito dos debates parlamentares e na imprensa a defesa da instituição militar passou a ser realizada com veemência por importantes lideranças políticas do Partido Liberal do Rio Grande do Sul como o senador e ex-ministro da agricultura Henrique D'Avila, o ex-ministro da guerra Antonio Eleutério de Camargo, bem como o ilustre tribuno Gaspar Silveira Martins. Entretanto, como foi possível identificar nos Anais do Senado e também nas páginas do jornal *A Reforma*, quem mais se envolveu nos debates e atuou na questão militar, entre os políticos liberais da Província, fora o

General José Antonio Correa da Câmara (Visconde de Pelotas)³. No Senado, Pelotas, militar que havia participado de várias campanhas bélicas a serviço do Império, atacou o ministro da Guerra Alfredo Chaves e o gabinete conservador de João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe) pelo seu “desprezo” pelos militares. Na sessão de 2 de agosto de 1886, o General Câmara disse o seguinte:

“Protestando contra o arbítrio, o desacerto e a violência do Senhor Ministro da Guerra, levanto no Senado a minha voz, em defesa do oficiais do Exército, que devem ver, pelo que acaba de sofrer o seu camarada, uma ofensa a todos eles feita”.⁴

Em 17 de agosto de 1886 o Visconde de Pelotas volta a discursar no Senado em defesa de Cunha Matos:

“Para ser agradável ao nobre Ministro da Justiça, a quem muito considero, repetirei, o que já tive ocasião de dizer: que o nobre Ministro da Guerra foi de uma severidade que não se justifica, não só quando mandou advertir aquele brioso coronel por ter respondido pela imprensa às acusações que lhe haviam sido feitas, na Câmara dos Deputados, por um de seus membros, que parece que S. Exa julga superior dos oficiais do Exército como ainda pela prisão do mesmo oficial. Um Coronel do Exército em regra, é um oficial cheio de serviço à Pátria, por ela tem exposto mais de uma vez a sua vida, passando por todas as privações que traz a carreira militar”.⁵

A repercussão do discurso do Visconde de Pelotas no Rio Grande do Sul aconteceu através do jornal de seu partido, *A Reforma*. Há dias abordando a questão militar em suas páginas, a folha liberal no dia 3 de setembro publicava em seu editorial um texto elogioso acerca da postura de Pelotas e, no espírito do debate político cujo

³ José Antonio Correa da Câmara nasceu em Porto Alegre em 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 1893. Iniciou sua carreira militar em 1839, durante a Guerra Farroupilha no 3º Regimento de Cavalaria Ligeira, lutando pelo Império. Atuou nas campanhas militares no Uruguai entre 1851-1852 e na Guerra do Paraguai, quando tornou-se Brigadeiro (1868) e participou da perseguição final a Solano Lopez em Cerro Corá (março de 1870), tornando-se Marechal de Campo e obtendo o título de Visconde de Pelotas. Na esfera política, Pelotas foi Ministro da Guerra no Gabinete liberal de Saraiva, e senador liberal entre 1880-1889. Com a República foi o 1º Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (15/11/1889-11/02/1890) e organizou a União Nacional, frente de oposição aos castilhistas. Mais informações em: PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, s/d; e FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2010.

⁴ CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **O Marechal Câmara, sua vida política** (v. III). Porto Alegre: IEL, 1979, p. 83.

⁵ Idem.

espaço privilegiado era a imprensa, aproveitava a oportunidade para criticar seus adversários políticos:

“Os serviços militares, os méritos e os elevados dotes cívicos do ilustre Visconde de Pelotas, só na sua terra natal têm sido desconhecidos e atacados pelos nossos adversários que tem chegado ao ponto de pretenderem ridicularizar a glória que ele conquistou (...) Só os conservadores do Rio Grande do Sul tudo tem negado ao pleclaro cidadão,(...) Velho, encanecido nos árduos trabalhos da guerra e da paz, o bravo marechal compreendeu que a sua palavra, onde quer que seja ouvida, terá a força de uma proclamação. Pois bem, o Sr. Visconde de Pelotas, da altura em que plana como senador do Império denunciou o fato lamentabilíssimo de estarmos com um inimigo horrível – a indisciplina,(...)”.⁶

Mais adiante, no mesmo editorial, a folha liberal afirmava que “ninguém melhor” auxiliaria o Conselheiro Alfredo Chaves, ministro da Guerra, do que “um dos generais mais populares pelas vitórias que ganhou”. Além disso, salientava “A Reforma”, que o Visconde de Pelotas tratava da questão militar não como um “grito partidário”, até porque o governo havia sido confiado até pouco tempo, durante oito anos, aos generais de seu partido.

Além do debate pela imprensa, no Rio Grande do Sul também entrava em cena novamente o Tenente Coronel Sena Madureira que, aproveitando a aproximação com os republicanos do PRR, publicou, em agosto de 1886, artigo em *A Federação* em defesa de Cunha Matos e mais uma vez foi repreendido. Dias depois do artigo de Sena Madureira, o ajudante-general do exército, Manuel Antonio da Fonseca Costa (Visconde da Gávea), enviava telegrama a Deodoro da Fonseca, Comandante em Armas e Presidente da Província do Rio Grande do Sul, perguntando se havia concedido licença para Sena Madureira publicar seu artigo. Deodoro respondeu que não havia dado licença e que trataria da questão.

Em sessão do senado do Império, em 30 de setembro de 1886, o ex-ministro da Guerra e senador Franco de Sá, interpelava o chefe de gabinete, João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe), solicitando esclarecimentos acerca da postura do

⁶ Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHC), *A Reforma*, 03/09/1886.

Comandante de Armas do Rio Grande do Sul. Franco de Sá questionava se Deodoro havia se recusado a cumprir Aviso do Ministério da Guerra, se o militar em questão havia protestado e pedido demissão da comissão em que estava e que providência o governo imperial tomaria. Na mesma sessão, o Barão de Cotegipe, ao que parece, buscando ser conciliador, respondia que não era verdade que o Comandante de Armas do Rio Grande do Sul tivesse se recusado a cumprir Aviso do Ministério da Guerra, até porque nenhum Aviso havia sido expedido a respeito do comportamento do tenente-coronel Sena Madureira. Além disso, dizia Cotegipe, por telegramas recebidos por jornais da Corte, que o tenente-coronel havia pedido demissão, mas salientava que tal solicitação não tinha chegado ao governo e concluía que o senador Franco de Sá ficasse tranqüilo, pois o governo saberia manter a disciplina.

A preocupação com a disciplina no interior da instituição militar continuava tema recorrente nos debates do Senado, tornava-se sintoma de crise política e incerteza quanto ao futuro. Esta parecia ser a expectativa de futuro de Gaspar Silveira Martins, por exemplo, em sessão de 30 de setembro de 1886, ao afirmar que

“a verdade é que o governo se acha em antagonismo com a força armada e que nessa luta pode sucumbir a autoridade e ser sacrificada a disciplina. Ora, neste caso ninguém poderá prever qual há de ser o governo do dia seguinte. Nulificada a disciplina, a força armada fará os ministros e talvez mesmo o poder superior aos ministros”.⁷

Logo a seguir, no início de outubro de 1886, o Barão de Cotegipe, escrevia a Deodoro solicitando que este contivesse a indisciplina crescente entre os militares. A resposta de Deodoro nos explicita muito bem a postura que os militares passavam a ter nesta última década da monarquia:

“Se como presidente e comandante de Armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão para com a classe, os tenho também, porque assim exige a disciplina, a moralidade e o brio do soldado que defende a Nação. Afianço a V. Excia que há calma e afianço também que será uma desgraça a imposição legal com que se quer oprimir o Exército. Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação

⁷ Anais do Império do Brasil, Sessão de 30/09/1886. In: BRUNO, Fábio (org.). **O parlamento e a evolução nacional (3ª série – 1871-1889)**. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 233.

militar da Província deposita em mim como seu intérprete suas justas queixas e pede o valimento de V. Excia”.⁸

Ao contrário de quando os presidentes de Província encarnavam a vontade do poder centralizador do Império, agora quem ocupava o cargo era um militar, diga-se de passagem, um marechal, que estava muito mais interessado em defender a sua corporação e seus subordinados, do que o governo imperial ou facção política. Como observou Celso Castro, “o espírito militar sobrepunha-se assim às divergências políticas: estava tomando forma a “classe militar”.”⁹

Além disso, contribuindo para fortalecer a causa dos militares, houve a reconciliação entre Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas. As divergências que existiam estavam relacionadas aos conflitos políticos entre liberais e conservadores na Província e, mas especificamente, a oposição dos liberais do Rio Grande do Sul ao 2º Vice-Presidente da Província, Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, aliado de Deodoro da Fonseca, bem como ainda a atuação do próprio Deodoro como Presidente da Província. Em 4 de outubro de 1886, uma missa na catedral de Porto Alegre, em homenagem ao 7º aniversário da morte do General Osório, foi a ocasião para a aproximação entre estas duas ilustres lideranças. Segundo Raimundo Magalhães Junior, o Visconde de Pelotas teria dito o seguinte para o Comandante de Armas do Rio Grande do Sul:

“É admirável e honroso o procedimento que tem tido na questão Madureira, que envolve o pundonor e a honra do Exército. O seu procedimento eleva-o muito na consideração dos seus camaradas...”¹⁰

Neste momento, militares de várias guarnições do Império também questionaram sobre o direito de livre expressão dos componentes de instituições militares.

Também Júlio de Castilhos, em *A Federação*, no espírito da campanha republicana, fez uma ardente defesa de Sena Madureira e dos militares em geral:

⁸ CASTRO, Celso. **Os militares e a política: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 88.

⁹ Idem, p. 89.

¹⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Deodoro: a espada contra o Império**, v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, 222.

“(…) o escrito do ilustre tenente-coronel Madureira não constitui sob qualquer ponto de vista uma infração da disciplina militar (...) é indiscutível que a proibição cominada aos militares tem apenas o valor de opinião individual de um ministro,(...) o escrito do distinto oficial superior, não versando sobre assunto concernente a serviço militar, nem debatendo questões atinentes a camaradas do exército, mas sendo simplesmente destinado a rebater diretas referências pessoais injustas e molestadoras, feitas publicamente por um senador, não é uma quebra da disciplina militar, nem mesmo viola a doutrina nos termos em que se acha expressa.(...) Por enquanto resta-nos observar que tais excessos de autoritarismo aliás harmônicos com o regime, só podem prejudicar ao próprio império, que por sua inépcia cada vez mais se divorcia das adesões do exército nacional, cuja suscetibilidade pundonorosa e cujos sentimentos de brio e honra o poder público pretende abater e deprimir, com essas posições autocratas, intolerantes e provocadoras”.¹¹

Buscando resolver a questão, o gabinete Cotegepe consultou o Conselho Superior Militar, que emitiu parecer favorável a livre manifestação dos militares e a 3 de novembro de 1886 o Imperador, em referendado, concorda com o parecer do Conselho Superior Militar.

O que percebemos, recuperando a trajetória de atuação do Visconde de Pelotas na questão militar, foi o estreitamento das relações de Pelotas com outras lideranças militares também insatisfeitas com o governo imperial, bem como o compartilhamento da mesma causa com políticos republicanos, como fora o caso de Júlio de Castilhos. Castilhos, através do seu jornal, “A Federação”, escreveu vários artigos em favor da causa militar e apoiava incisivamente a participação dos militares na política. Em 8 de janeiro de 1887, noticiava o jornal do PRR que passava por Porto Alegre com destino ao Rio de Janeiro o Tenente-Coronel Senna Madureira, exonerado do Comando da Escola de Tiro de Rio Pardo. Segundo o periódico, ao seu desembarque teria comparecido “uma multidão”, muitos oficiais do exército. Acompanhado por Deodoro da Fonseca e Visconde de Pelotas, Senna Madureira se dirigiu ao histórico solar dos Câmara, onde ficou hospedado.¹²

¹¹ **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Org. por Liana Martins, Luis A. Costa da Silva e Gervásio Neves. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

¹² CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **O Marechal Câmara, sua vida política** (v. III). Porto Alegre: IEL, 1979, p. 96.

No Rio de Janeiro, em 2 de fevereiro de 1887 oficiais e cadetes se reuniram no Teatro Dramático, sob a Presidência de Deodoro da Fonseca e aprovaram um documento com reivindicações da corporação. Poucos dias depois, em audiência com D. Pedro II, o Marechal Deodoro obteve a revogação do ato que proibia a manifestação dos militares pela imprensa, como também houve o afastamento do ministro da Guerra.

No mês seguinte, em 8 de março de 1887, o Visconde de Pelotas tem um artigo seu publicado no jornal *A Reforma*, comentando a posição do Imperador e defendendo a liberdade de opinião e manifestação dos militares:

“Perguntamos: há disposição de lei que prive o oficial do exército de dirigir-se ao chefe da nação reclamando justiça? Sei que vão responder-me: mas devem fazê-lo por intermédio do superior competente’. Nos casos ordinários, assim é. Nos extraordinários, não. Vem em auxílio a esta minha opinião o próprio Imperador, que aceitou a moção. Vem igualmente o mesmo governo, que não puniu o general. Diz-nos *A Reforma* que não se justifica a indisciplina e resistência do exército. Onde porém a encontrou? È singular a animadversão que votam ao exército alguns políticos de nosso país!”¹³

Todavia, a tensão entre militares e governo imperial persistia, pois em maio de 1887 os senadores liberais Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto) e Gaspar Silveira Martins pediram ao Senado que intercedesse junto ao Gabinete para anular as punições e censuras a Sena Madureira e Cunha Matos.

Em junho de 1887 os militares fundaram o Clube Militar, fortalecendo ainda mais a sua organização, o espírito de corpo, ou seja, os militares consolidaram-se enquanto expressão política fundamental no período e que, como sabemos, teriam atuação decisiva no golpe republicano de 15 de novembro de 1889. José Antonio Correa da Câmara, o Visconde de Pelotas, como pretendemos demonstrar através de sua atuação política, na imprensa e no parlamento, foi um dos principais protagonistas da questão militar e aliado daqueles que, logo adiante, proclamariam a República.

Referências Bibliográficas

¹³ MCSHC, *A Reforma*, 08/03/1887.

- ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento, Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. **O Marechal Câmara, sua vida política**. Porto Alegre: IEL, 1979, v. II e III.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CAREGNATO, Rita e MUTTI, Regina. **A pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis, out-dez 2006, p. 679-684.
- CARNEIRO, Newton. Dissidência Política e Partidos: Da Crise com a Regência ao Declínio do Segundo Reinado. In: PICCOLO, Helga; MEDIANEIRA, Maria. (dir.). **Império-História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Mritos, 2006.v. 2
- COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. Campinas: Hucitec, 1996.
- DOCA, Souza. A questão militar. In: **A República Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1932.
- DORATIOTO, Francisco. **General Osório**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **170 Anos do Parlamento Gaúcho: Crônicas Históricas, 1835-1889 - Império**. Porto Alegre: CORAG, 2004.v.1.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2010.
- LEMOS, Renato. **Benjamin Constant: vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LEMOS, Renato. **A alternativa republicana e o fim da monarquia**. In: GRINBERG, Keila e SALES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MAGALHÃES JR, Raimundo. **Deodoro: a espada contra o Império (v. 1)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Org. por Liana Martins, Luis A. Costa da Silva e Gervásio Neves. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Trajetória do Parlamento Gaúcho**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.
- PICCOLO, Helga. **A Política Rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1974.
- _____. **Vida Política no Século XIX: Da Descolonização ao Movimento Republicano**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Erus, s/d.

SCHULZ, John. O exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1971, t.2, v. 4.

SOUZA, Adriana Barreto de. **O exército na consolidação do Império: um estudo sobre a política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. Círculo dos Grandes: Os Mediadores Políticos e as Famílias de Elite no Rio Grande do Sul (1868-1889). In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (org.) **Recortes da História Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor ,2008.